



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 31

-----Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -

----- **Presidente:**----- **Álvaro José Pato Azedo** -----

----- **Vereadores:** ----- **José Maria Prazeres Pós-de-Mina**-----

----- **Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola**-----

----- **André Albino Linhas Roxas**-----

----- **José Francisco Calado Banha**-----

----- **Ana Maria Charrama Farinho**-----

----- **Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Soares, coadjuvada pela funcionária Célia Patrícia Perfeito Caraça.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**PRESIDÊNCIA** -----

-----**013118** - Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2019 -----

-----**023118** - Mapa de Pessoal - Ano 2019 -----

-----**033118** - Processo de realojamento com carácter de urgência no âmbito da Inclusão e Solidariedade e da Intervenção ao nível da Habitação Social -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**PRESIDÊNCIA** -----

-----**Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2019**-----

-----**013118**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente para aprovação a proposta, subscrita pelo Presidente da Câmara, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019.-----

-----Ao abrir a discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Câmara fez uma introdução ao documento em apreciação, mencionando estar patenteado no mesmo o respeito pelos compromissos assumidos com a população, sendo que espelha também as linhas condutoras e os objetivos traçados pelo executivo para o presente mandato. Avançou referindo a aposta na economia local, no turismo e na ideologia de um concelho mais inclusivo e solidário, as preocupações com a juventude, com o ensino e com as questões da cidadania, a aposta firme no desporto, na cultura e no movimento associativo sem esquecer o património e o compromisso assumido com as Juntas de Freguesia. Deu conta do convite remetido aos representantes dos partidos políticos para participação em duas reuniões, a primeira para a apresentação de propostas por parte de cada um dos partidos, e uma segunda para análise e um possível enquadramento das mesmas no documento final. Afirmou que o documento apontaria para uma gestão ponderada e rigorosa, considerando a situação financeira da Câmara Municipal. Destacou, de entre as intervenções previstas para 2019, aquelas que considerava de carácter urgente ou mais relevante, nomeadamente a reabilitação da Piscina Municipal a qual necessita de uma intervenção estrutural de fundo, para a qual a Câmara Municipal teria recorrido a financiamento, no entanto e caso o mesmo não se concretize o município assumirá essa intervenção. Referiu também a necessidade urgente de intervenção no Pontão do Matadouro, a qual foi contemplada na alteração à ARU de forma a contemplar a intervenção no Portugal 2020, a necessidade de intervenção às acessibilidades à cidade de Moura, bem como a via pedonal na estrada nacional 255. No âmbito do Planeamento, mencionou o Projeto da Rede de Águas e Abastecimento de Safara, o Projeto do Parque do Guadiana, o processo de Revisão do PDM, a implementação do Orçamento Participativo do Município de Moura, cujo Regulamento será alvo de discussão nos órgãos Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Frisou que o ano de 2018 tinha sido um ano importante no que dizia respeito à economia local e ao turismo e que o mesmo se perspetiva para o ano seguinte, nesse sentido seria alavancado o Gabinete Mour@investe, pretendendo-se ainda continuar com as melhorias nas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

zonas industriais. Informou que, no que dizia respeito ao serviço de Auto caravanismo, teria sido aprovado o Projeto da Estação Náutica de Alqueva por parte do Fórum Oceano, sendo a sua certificação formalmente entregue pela Secretária de Estado do Turismo, no dia dezasseis de novembro e sublinhou a importância dos funcionários da Câmara Municipal envolvidos no projeto.-----

----- Frisou ainda que no ano de 2019 continuaria a haver uma aposta nas iniciativas e eventos de promoção turística, no sentido de trazer ao município benefícios económicos; no que concerne ao Projeto Revive transmitiu que o mesmo teve avanços positivos; no âmbito da Educação e Ação Social dar-se-ia continuidade ao Plano Educativo para o Sucesso Escolar, as medidas de Apoio à Natalidade e o apoio na compra de medicamentos para as famílias mais carenciadas; no âmbito do Desporto a continuidade na manutenção e investimento nas Infra-estruturas desportivas do concelho. Referiu que o Gabinete da Proteção Civil seria à data uma referência a nível do distrito, o qual continuaria a ser um trabalho de parceria com todos os agentes de proteção civil do concelho, bem como o trabalho de envolvimento ao nível das escolas; salientou o trabalho de continuidade e a relação com as Juntas de Freguesia, tendo informado que no final do presente ano as dívidas às Juntas se encontrariam saldadas, e que estaria previsto os pagamentos serem feitos atempadamente. Acrescentou que estaria previsto para o ano de 2019 reforçar a migração de competências para as Juntas de Freguesia, assunto discutido e acordado com todos os Presidentes de Juntas, aumentando assim os valores dos Acordos de Cooperação, nomeadamente a nível da Higiene Urbana. Deixou ainda uma palavra de apreço aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela relação de cordialidade e a confiança que esses depositavam na Câmara Municipal, dando como exemplo o trabalho de parceria efetuado nos arranjos dos caminhos. Sobre o Acordo de regularização da dívida celebrado com a AgdA, referente ao pagamento da dívida vencida a 31 de dezembro de 2017 no montante um milhão e seiscentos e sessenta um mil euros, e por entender que este teria incidência na situação financeira do município, disse tratar-se de um compromisso exigente, mas necessário até para que a AgdA possa realizar investimento na Rede de água em alta. --- -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- Pediu a palavra a vereadora Ana Farinho que relativamente ao tema das reuniões realizadas com os representantes dos partidos da oposição, questionou se das propostas apresentadas por os mesmos, estas haviam sido acolhidas e se constariam do presente documento.-----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que tinha sido o vereador José Banha a estar presente nas referidas reuniões, passando-lhe assim a palavra para que este pudesse responder à questão colocada. Em resposta o vereador explicitou que o representante do PSD não havia apresentado propostas, no entanto manifestou concordância com o documento em discussão, tendo o Partido Socialista também concordado com o que estaria explanado no documento apresentado. Em relação aos representantes da CDU, estes não teriam apresentado uma proposta concreta/formal, mas sim transmitido algumas ideias e situações que entendiam que deveriam constar no documento, nomeadamente as questões das águas, reabilitação urbana, situações relacionadas com a cultura e o emprego com qualidade, a capacidade da Câmara no que dizia respeito à Carta Educativa, a 1ª Fase da Obra do Cemitério Municipal, a ligação da Rua do Areeiro à Rua das Hortas, o Grémio da Lavoura, a valorização do Cante Alentejano, a sustentabilidade energética, o Plano de Pormenor da Estrela e a UP8 de Moura. Mencionou que durante o debate de ideias conclui-se que as ideias apresentadas viriam ao encontro daquilo que estaria explanado no documento apresentado, a discordância estaria no tempo e na execução de cada uma delas, em virtude das decisões estarem dependentes de constrangimentos alheios à vontade de quem as coloca em prática. Para responder objetivamente à questão colocada, referiu não encontrar grandes diferenças entre as ideias apresentadas pela bancada da CDU e o que estaria explanado no documento, frisando que estariam entre setenta a oitenta por cento de acordo com o documento apresentado, no entanto o espaço temporal ditaria as prioridades de execução. -----

----- Interveio o vereador André Linhas Roxas, para no âmbito da questão colocada pela vereadora Ana Farinho saber concretamente se o documento com as propostas de GOP, enviado inicialmente teria sofrido alterações após a audição das forças políticas na oposição. Solicitou ainda ao Presidente da Câmara uma explicação mais detalhada sobre a certificação da Estação Náutica. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- Segundo ainda o mesmo vereador da análise ao documento ter-se-ia suscitado a dúvida quando este se referia a doze programas e acções, pelo que questionou se este se refere às rubricas do orçamento. No que dizia respeito aos pagamentos à AgdA, e ao acordo estabelecido em dezembro de dois mil e dezassete, pretendeu saber o que já teria sido pago, concretamente entre os meses de janeiro e setembro do presente ano, questão que viria no seguimento de alguns documentos solicitados anteriormente. -----

----- Sobre a questão da Estação Náutica o Presidente da Câmara explicitou existir uma parceria com a EDIA, para o projeto de intervenção no espaço exterior da coroa da Barragem de Alqueva, que inclui a Estação Náutica, um espaço de apoio a auto caravanas, construção de uma piscina e praia fluvial, que visam dinamizar a referida zona, tendo a EDIA iniciado o processo de candidatura para o financiamento para as zonas de apoio às atividades lúdicas que incluirá um espaço de cafetaria para além de estruturas de apoio às actividades a realizar no perímetro. Avançou informando que o espaço de apoio destinado a Auto Caravanas, denominado ASAS, estaria em condições para financiamento no âmbito de uma candidatura com a ERT- Alentejo. Referiu que a certificação da Estação Náutica seria de grande importância e uma mais-valia, nomeadamente no que dizia respeito à candidatura para o financiamento de atividades a aí realizar, sendo que o objetivo passaria por ter um espaço que oferecesse uma oferta desportiva e recreativa ao longo de todo o ano, tendo a capacidade de mobilizar os empresários locais, a restauração, a hotelaria e o comércio, obedecendo ao conceito do envolvimento local na atividade. Concluiu, dizendo que a certificação da Estação Náutica foi mais uma peça importante no trabalho desenvolvido durante o último ano, capacitando ainda mais o projecto que teria sido bastante discutido com a EDIA, a APA e os operadores turísticos e conseqüentemente com a comissão de avaliação do Fórum Oceano que o certificou. -----

----- Em resposta a uma das questões colocadas pelo vereador André Linhas Roxas, o vereador José Banha explicou que todas as forças políticas tinham sido convidadas, por email pelo Chefe de Gabinete da Presidência, para uma reunião preparatória para apresentação de propostas e discussão do documento que estaria ainda em esboço, no entanto, apenas a CDU tinha declinado o convite com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

argumento que não teria o documento na sua posse para o analisar. Posteriormente, o Chefe de Gabinete da Presidência, teria voltado a insistir no convite aos representantes da bancada CDU, referindo que sendo esta a segunda força política no concelho seria importante receber os seus contributos e poder discutir o documento. Saliu que, embora a reunião tenha sido realizada, não foi no entanto apresentada nenhuma proposta concreta, apenas ideias e linhas de orientação, como já havia explicado anteriormente. -----

----- Sobre a questão das águas, e sobre o pagamento da dívida em atraso explicitou não ser possível à AgdA- Águas Públicas do Alentejo, aguardar mais pelo pagamento da dívida por parte dos municípios devedores, por necessitar de verba para proceder ao investimento na Rede de Água em Alta. Voltou a explicar minuciosamente todo o processo que levou ao Acordo de Transação entre o município e a AgdA, referindo que os pagamentos teriam sido adiados ao longo do ano em virtude de se aguardar a saída do diploma previsto no orçamento de Estado, que permitiria dilatar o pagamento da dívida a vinte e cinco anos. Dado tal não se ter verificado, foi necessário fazer um aditamento ao referido acordo no mês de setembro, tendo ficado acordado efetivar o primeiro pagamento no mês de novembro. Afirmou que o previsto no Orçamento do Estado para o ano de 2019 seria satisfatório para a autarquia, pelo facto de se poder diferir dívida para anos seguintes e pagar taxas abaixo dos três e meio por cento, restando saber contudo quais os mecanismos de pagamento. Frisou, o facto de a Câmara Municipal ter compromissos assumidos mensalmente que ultrapassam o seu orçamento, sendo da opinião que se existisse um depósito a prazo poderia a situação ser mais fácil, no entanto e observando o que se passou no passado, recordou que no ano de 2012 quando a dívida das águas rondava um milhão e duzentos mil euros, a mesma não teria sido, por opção, paga sendo que na altura existiam dois milhões e meio em contas a prazo. -----

-----O vereador André Linhas Roxas respondeu que não caberia à CDU como força da oposição construir o orçamento do executivo PS, aquilo que foi feito teria sido a apresentação de questões que faziam parte do programa eleitoral do partido, aquilo que pretendiam saber seria o reflexo que essas proposta e ideias teriam tido na versão das GOP final, e também o reflexo das outras forças políticas no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

documento final. Reafirmou que relativamente ao texto introdutório ficaram por explicar as questões colocadas. Sobre as dívidas e destas serem referidas como “heranças pesadas” observou tratar-se de questões transversais que não terminam em mandatos políticos, estando dependentes da gestão corrente de uma autarquia. No que se refere à dívida das águas e do seu prolongamento e pagamento no ano de 2018, afirmou entender todas as razões explanadas pelo vereador José Banha, questionando no entanto se em anos e executivos anteriores não teriam também existido razões fortes para a opção de não pagamento de facturação e ainda o facto de no futuro puderem ser feitos os mesmos juízos de valor relativamente às decisões do presente executivo, por se entender que efectivamente durante o presente ano não ter sido ainda realizado nenhum pagamento à AgdA. Em, frisou a necessidade de existir uma responsabilização pela forma como os assuntos são apresentados quando se trata da gestão de uma autarquia, observando que o natural seria a falta de liquidez. -----

-----Interveio novamente o vereador José Banha para clarificar qualquer dúvida existente dizendo que se havia referido aos últimos oito anos de dívida e não aos últimos oito meses em que existia um documento assinado que poderia comprovar aquilo que havia dito, sendo que no final do ano de 2012 não existiria nenhum documento a comprovar as razões pelas quais não se teria realizado o pagamento, no entanto estaria plasmado na documentação da contabilidade que nas contas a prazo da autarquia existia valor para o realizar. Ainda sobre o mesmo tema referiu ter aprendido algo novo recentemente, e parafraseando o Dr. José Maria Pós-de-Mina, numa reunião da AMGAP- Associação de Municípios para a Gestão da Água, disse “*não existem dívidas do passado, existem dívidas do município*”. -----

-----Sobre a questão que teria ficado por responder sobre o número de ações e programas, o Presidente da Câmara passou a palavra à Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património, que explicou tratar-se em teoria de catorze objectivos das GOP, estando neles incluído os recursos humanos, mas na prática, seriam totalizados doze programas ao serem retiradas as rubricas referentes aos empréstimos e à comparticipação do fundo de apoio municipal. Neste contexto o vereador José Maria Pós-de-Mina questionou se incluiria a rubrica dos passivos financeiros, tendo a referida técnica respondido que não se teriam incluído os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

passivos financeiros, rubrica treze, mas sim os Recursos Humanos. O mesmo vereador questionou ainda se as outras despesas estariam contabilizadas como programa e objetivo, tendo a referida técnica respondido que essas estariam incluídas pelo número do objetivo, que teria um conjunto de despesas em programas e ações que levariam a cumprir o Plano de Atividades da Câmara Municipal. -----

----- Pediu de novo a palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina dizendo que teria algumas questões para colocar sobre o documento, no entanto gostaria de tecer algumas observações e considerações no âmbito e no seguimento das questões colocadas pelos vereadores da CDU. Numa primeira nota disse que as perguntas sendo objectivas, as suas respostas podem efectivamente dar uma grande viagem e terminar sem uma resposta concreta, concluindo que objetivamente não teria existido nenhuma alteração ao documento, após as reuniões de auscultação com os partidos políticos. Sobre a questão do pagamento da dívida da água, aproveitou para parabenizar o executivo, referindo que até já o deveria ter feito, pelo acordo que conseguiram assinar com a AgdA para regularização da dívida, tendo o mesmo o devido enquadramento legal, no entanto o facto concreto seria que a autarquia não havia realizado nenhum pagamento durante o presente ano. Frisou que por muito que se orgulhe e que assuma a responsabilidade e o seu papel individual na politica do concelho, não gostaria de o evidenciar, mas sim o papel da força política que representava. Sobre a questão dos pagamentos, dando como exemplo que entre os meses de janeiro e setembro de 2018, a faturação da AgdA à Câmara de Moura teria sido no montante de oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e um euros tendo a Câmara pago quatrocentos cinquenta dois mil, novecentos e três euros, o que representava cinquenta e um virgula quatro por cento do valor, sendo que entre janeiro e maio de 2017, a mesma entidade faturou à Câmara Municipal cuja força política no executivo seria CDU, quatrocentos e cinquenta e três mil duzentos e sete euros, tendo sido pagos quinhentos e oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta e dois euros, cento e vinte e nove por cento do valor, comparativamente teria sido facturado o dobro, no entanto o pagamento teria apenas metade do faturado, não tendo pago dívida e atrasando-se no pagamento, contrariamente a 2017 em que foi paga dívida. Continuou, agradecendo os elogios feitos à sua pessoa, assumido a sua postura marxista-leninista, mencionando a frase





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

célebre de *Lenine* “*aprender, aprender, aprender sempre*”, salientando que dependendo da perspectiva nuns casos se poderia aprender o que fazer e noutros casos não. -----

----- Deixou ainda uma nota sobre a referência feita pelo vereador José Banha sobre a não obrigatoriedade da existência de um diploma para a regularização da dívida, no Orçamento de Estado para 2019, dado que a mesma resultaria de uma proposta do PCP apresentada no âmbito das negociações para a elaboração desse documento, sendo que o documento inicial contemplava o diploma. Sobre a referência ao facto de existir dinheiro em contas a prazo numa determinada altura dos anos do executivo CDU, observou que o executivo parece contradizer-se quando utiliza a expressão “*herança pesada*”, referiu ainda que embora existisse dinheiro tal não significava que existia apenas a dívida à AgdA, e por má vontade a mesma não teria sido saldada mas sim por uma questão de opção devidamente explicada na altura, e devido ao enquadramento financeiro, enquadramento legal e pelos compromissos financeiros que a Câmara teria assumido à época. Tal como teria sido uma questão de opção, a tomada presentemente de não pagar qualquer valor do Acordo com a AgdA, afirmou que todas as opções seriam legítimas, dando como exemplo a opção positiva que valorizam, do pagamento atempado às Juntas de Freguesia. -----

----- Nas questões concretas sobre o documento em análise, referindo-se à reabilitação prevista para a Piscina Municipal, tendo em consideração que seria do conhecimento a existência de uma candidatura a financiamento no âmbito do programa de benefício de equipamentos municipais, tendo verificado constar no documento o montante de trezentos mil euros, identificado como financiamento direto do município, questionou o Presidente da Câmara se no caso concreto da candidatura prevista não ser aprovada, mas esperando os vereadores da CDU que o fosse, se a intervenção seria realizada por ser considerada estrutural; no âmbito do turismo, tendo em conta que o concelho tem vindo a verificar um grande crescimento no fluxo turístico, questionou se estaria prevista a criação de alguma taxa, em virtude do Presidente da Câmara ter referido que os turistas deixavam dinheiro no município, quando se queria referir ao concelho. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- Prosseguiu, solicitando explicação sobre quais os critérios objetivos aplicados atualmente nos Acordos com as Juntas de Freguesias, considerando que os vereadores da CDU na Câmara Municipal, deles deveriam ter conhecimento como parte integrante na decisão final sobre os mesmos. Para finalizar, mencionou que a sua última questão dizia respeito ao artigo 2º das Normas de Execução Orçamental concretamente às dotações orçamentais, questionando se o município de Moura estaria a pensar usar o mecanismo de comunicar à DGAL para deixar de estar sobre a alçada da LCPA, questão que considerou ter podido já estar resolvida em abril do ano passado. -----

----- No uso da palavra, e com o objetivo de responder às questões suscitadas pelo vereador José Maria Pós-de-Mina, o Presidente da Câmara disse que relativamente às reuniões agendadas com os representantes dos partidos da oposição, teria existido muita insistência por parte do executivo para a comparência dos representantes da CDU e para reforçar a sua afirmação, leu um dos email de resposta ao representante da CDU, Gabriel Ramos enviado pelo Chefe de Gabinete da Presidência, sobre o facto de se realizarem duas reuniões. O Presidente explicitou a importância dessa reunião prévia com os partidos que serviria para apresentação de propostas ou ações que os partidos entendessem que gostariam de ver contempladas no documento, para que os serviços as analisassem e mediante o Programa e as ações estabelecidas pelo executivo pudessem ter enquadramento no mesmo, tal como o vereador José Banha havia referido, frisando que tudo haviam feito para que as duas reuniões se realizassem. Acrescentou que na reunião que se concretizou teria sido constatada a similaridade das ideias de ambos os partidos na elaboração do documento, referindo que ainda que tivesse existido muita discordância, as reuniões seriam importantes do mesmo modo, existindo por parte do executivo abertura para a auscultação aos partidos. -----

----- Sobre o pagamento da dívida à AgdA, sugeriu que efetivamente poderiam ter existido muitas situações que não teriam permitido reunir condições para realizar o pagamento dessa dívida no período de oito anos, apesar do facto de à época a Câmara Municipal ter recebido dezassete milhões de euros pela venda da Central Fotovoltaica. Realçou a explicação pormenorizada do vereador José Banha, que explanou todo o ocorrido desde o primeiro contacto da AgdA com a Câmara



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Municipal, referindo que não poderiam ser responsabilizados pelo facto de terem aguardado pela saída do diploma, que facilitaria a regularização da dívida, assumindo ainda assim, a sua responsabilidade por considerar que não se poderia olhar com ligeireza para a quantia de um milhão e seiscentos mil euros, frisando que oito meses, não seriam oito anos.-----

----- No que concerne à requalificação da Piscina Municipal, confirmou não existirem garantias do financiamento ser aprovado, confirmando que caso tal não se venha a verificar a requalificação teria sempre de avançar, ainda que estaria a ser feita, por parte dos técnicos da Câmara Municipal uma monitorização constante do equipamento. No entanto frisou que já teriam passados dez anos sobre o relatório do LNEC, que indicava a necessidade dessa intervenção. Situação semelhante seria a da Ponte do Matadouro que, numa tentativa de assegurar a segurança dos seus utilizadores foram tomadas algumas medidas de condicionamento do trânsito, enquanto essa não fosse intervencionada.-----

----- Saliu que de facto, anteriormente, não existia um critério objetivo no que dizia respeito à atribuição das verbas para as Juntas de Freguesia no âmbito dos Acordos de Cooperação, tal como já haviam dito no ano transacto, afirmando que, o presente Acordo tem um critério que foi discutido e acordado com as Juntas de Freguesias que sendo objetivo e claro colocava todas elas em pé de igualdade. Explicou que a forma de cálculo teria sido feita através da área, população e habitações existindo um valor variável e um valor fixo, determinando assim o valor que cada uma poderia receber. Prosseguindo na explicação, disse não existir anteriormente uma indicação sobre quais as despesas aí associadas, tendo sido consensual, que as despesas a associar seriam no âmbito da valorização do espaço público, investimento no ensino e a cedência de equipamentos a intervenções locais. Ainda sobre esse tema contestou uma afirmação dos vereadores da CDU que, referia o facto do presente executivo transferir uma verba menor para as Juntas de Freguesia, comparando a verba transferida em 2012, de trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e quatro euros, sendo que no presente ano à data de vinte e seis de outubro teriam transferido trezentos e quinze oitocentos e sessenta mil e sessenta e oito cêntimos, sendo que no ano de 2012 o pagamento efectuado dizia respeito a dívida. No entanto atualmente os pagamentos encontram-se em dia,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ficando saldados no próximo mês. Referiu que seria de valorizar o empenhamento da Câmara Municipal em cumprir os pagamentos atempadamente com as Juntas de Freguesia, assumiu que também gostariam de atribuir um valor maior, no entanto só se poderiam comprometer com aquilo que poderiam pagar. Considerando que, dependentes desse compromisso estariam as Juntas de Freguesia para também cumprir os seus pagamentos e lembrou os seus tempos como Presidente de Junta em que algumas vezes abordou o executivo camarário solicitando ajuda, a qual nem sempre conseguiu. Frisou que a Câmara Municipal havia assumido com as Juntas de Freguesia, o compromisso de conseguir cumprir mensalmente aquilo que havia sido acordado. Em resposta à questão da criação de uma taxa no âmbito do turismo, negou essa possibilidade, explicitando que existia um grande fluxo turístico desde há algum tempo, bem como atividades desenvolvidas nesse âmbito e organismos que deslocando-se ao concelho contariam como o apoio logístico da Câmara Municipal, no entanto o dinheiro que entraria no concelho seriam receitas para o comércio, restauração e hotelaria sendo um contributo importante para o desenvolvimento da economia local. -----

----- Interveio o vereador André Linhas Roxas, para esclarecer que nunca haviam referido que a verba transferida para as Juntas de Freguesia seria menor, aquilo que tinham criticado seria o modelo e o tipo de transferência por entenderem que as Juntas de Freguesia deveriam ter liberdade de utilizarem a verba do Acordo de Cooperação onde e como entendessem, a crítica seria à opção do presente executivo que entendia associar as despesas à respetiva verba. Questionou, se do valor pago às Juntas de Freguesia durante o ano corrente estaria associada dívida do ano anterior, tendo o Presidente da Câmara respondido que, segundo informação dos serviços as verbas seriam respeitantes ao presente ano, frisando que o restante que estaria por pagar ficaria saldado no mês seguinte. -----

----- Novamente no uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina, reafirmou que, os vereadores da CDU não teriam dito que o valor transferido para as Juntas de Freguesia seria menor, existiria sim, uma redução em 40% do valor atribuído relativamente aos Acordos de Cooperação, e o facto de existir mais verba transferida dever-se-ia ao facto de também serem transferidas mais competências para as Juntas, não tendo a Câmara Municipal de realizar esse investimento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

internamente. Lembrou ter explicado anteriormente, numa reunião de Câmara a forma e as razões pelas quais teria tido início a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, capacitando-as de tomar as suas próprias decisões. Referiu que apesar de não concordarem, o executivo PS teria o direito de escolher as suas opções, o que não lhes daria o direito de por em causa acontecimentos passados. Sobre a afirmação de não existirem critérios e objetivos relativamente aos Acordos de Cooperação, disse que esses existiam, afirmando que as verbas nunca foram distribuídas arbitrariamente, os referidos critérios não teriam sido possivelmente identificados, no entanto também não haviam sido alterados, continuando a ser seguidos, contraditoriamente às afirmações feitas. -----

----- Prosseguindo e referindo-se ao documento em apreciação de uma perspetiva geral, congratulou-se pelo facto de continuarem a estar incluídas no mesmo um conjunto de ações, iniciativas e eventos que ao longo dos anos teriam vindo a marcar a vida do concelho de uma forma irreversível, tal como do ponto de vista objetivo o facto de prosseguirem algumas obras e iniciativas. Considerou que na perspectiva do ponto de vista do lançamento de obras para o concelho o ano teria sido nulo, tendo-se limitado à requalificação de arruamentos e à Obra de Conservação das Muralhas Modernas, frisando que poderiam justificar as razões para o facto, no entanto, objetivamente, a realidade inquestionável seria a de um *"ano perdido"* no desenvolvimento do concelho, o que poderá vir a repetir -se nos anos seguintes. Assumiu com muita honra o legado deixado pelos executivos CDU, observando que o presente ano já teria o seu histórico, sendo do conhecimento o estilo da atual gestão, tal como tripudiar sobre normas e regulamentos municipais. Referiu alguns dos pontos discordantes entre ambas as forças políticas, sobre as opções tomadas presentemente, nomeadamente o processo de transferências, a questão do modelo de gestão das águas, o Acordo de Cooperação com as Juntas de Freguesia, a questão do Centro Documental da Oliveira, a ligação entre a Rua do Areeiro e a Rua das Hortas e ainda medidas que consideram inadequadas de natureza fiscal, o facto da questão do município se ver privado de verbas do Orçamento de Estado, para além de uma total ausência de visão estratégica para o desenvolvimento futuro do concelho, constatando que os vereadores da CDU não se reviam na proposta apresentada. Deixando uma última nota, sobre os contactos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

para a discussão do documento em apreciação, disse que tal como teria sido referido no ano transacto, aquando da discussão da proposta de Grandes Opções do Pano e Orçamento, a CDU mantinha uma total disponibilidade para participar, conversar e discutir. No entanto no âmbito do estatuto da oposição, sendo invocado um determinado artigo do mesmo que referia a audição das forças políticas sobre a proposta do Orçamento e Plano de Atividades, tendo em consideração que na reunião assistida pelos representantes do partido, teria existido ainda assim uma abertura e levantadas uma série de questões, ainda que o documento apresentado fosse ainda uma proposta inicial do mesmo, onde ainda não constavam orientações e princípios. Mencionou que passado um ano desde as eleições, não tendo a CDU alcançado o resultado pretendido, em virtude da população ter tomado a sua opção por outra força política, tal como haviam declarado na primeira reunião de executivo, teriam a sua capacidade de decisão limitada, no entanto a sua capacidade de intervenção, direito à opinião e possibilidade de apresentar propostas manter-se-iam, assim como o Partido Socialista havia feito enquanto partido da oposição em mandatos anteriores, tendo cada um o direito de explanar aquilo que entendia ser o melhor para o concelho. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal respondendo ao orador anterior sobre a questão relativa à manutenção dos critérios relativamente aos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia, justificou a manutenção dos mesmos, relatando uma conversa tida com o Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Adiça, que referia o apoio monetário da Câmara, como essencial para o pagamento dos vencimentos dos funcionários da Junta. Adiantou que tinha sido acordado em reuniões trimestrais com os Presidentes das Juntas recolher contributos para a melhoria do documento, tornando-o mais forte, sólido e viável para todos. -----

----- Em resposta sobre a manutenção das iniciativas e eventos, esclareceu que o executivo sempre valorizou o que de positivo se fez no concelho, sabendo aproveitar a "herança" deixada. No que dizia respeito aos projetos "herdados" mencionou que esses teriam sido vistos de uma forma positiva, no entanto alguns deles necessitavam ser revistos, nomeadamente o Projeto da Estação Intermodal que, poderia até já ter sido realizado pelo anterior executivo, e que inicialmente incluía a abertura de um Hostel, não contemplando a zona de embarque dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

autocarros, pelo que teria sido necessário incluir aquilo que faltava e por decisão do executivo retirar a criação do Hostel, No que concerne ao Centro Documental da Oliveira, por uma questão de opção o valor teria sido reduzido até ao montante de possibilitar a reabilitação estrutural do edifício. Relativamente à obra do Bairro do Carmo, afirmou que possivelmente executariam o mesmo projeto com menos custos, relatando alguns pormenores do projeto que têm obrigado a alterações. Acrescentou que os eleitos do Partido Socialista não teriam problemas em assumir heranças quando essas fossem positivas valorizando-as, quando não, teriam de assumi-las. Finalizou a sua intervenção dirigindo-se ao vereador José Maria Pós-de-Mina dizendo que iria citar um seu amigo, que bem conhecia o seu trajecto pessoal e autárquico, e prosseguiu lendo um texto do Sr. Hélder Pancadas, que fazia referência à obra deixada pela CDU no concelho de Moura nos últimos vinte anos, referindo ainda a postura crítica da CDU ao atual executivo do Partido Socialista. Concluiu parafraseando o autor do texto referindo-se à postura da CDU na actualidade, considerando-a um tanto *“oportunista”*. -----

----- Interveio o vereador José Maria Pós-de-Mina que disse que não obstante a consideração e o respeito que tem pelo seu amigo, Sr. Hélder Pancadas, considerava que teriam o direito a manifestar a sua opinião após um ano de gestão do Partido Socialista que, frisou, valia o que valia, não comparavam vinte anos de gestão com um ano, ou ainda com anos anteriores em que o Partido Socialista teria estado à frente da autarquia. Observou que o presente executivo PS continua preso ao passado, tendo o hábito de *“olhar para o espelho retrovisor”* e referir-se à *“pesada herança”* na gestão da autarquia. Aludiu ao início do seu mandato como Presidente da Câmara em janeiro de 1998, após oito anos de gestão do Partido Socialista, relatando que nessa época também teria encontrado situações complicadas para resolver, exemplificando reportou-se à situação da ETAR que se encontrava num terreno privado, tal como a Caixa Agrícola que parte também pertencia a um particular que teria a expectativa de levar a cabo uma construção, cujo PDM e o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico já não acolhiam, situação que só teria sido resolvida com muito tempo e paciência. Existiram também problemas de realojamento de famílias, tendo sido necessário impor uma ação executiva para que a Câmara Municipal pudesse tomar posse dos terrenos na zona onde se encontra



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

atualmente construído o Bairro do Girasol no Mourasol, reafirmando que através dos exemplos citados que o princípio seria olhar para a frente e cada um fazer o melhor pelo concelho. Repetiu que na realidade a autarquia teria problemas, teria sido cometidos erros e em determinadas circunstâncias alguns assuntos não teriam sido resolvidos da melhor forma, no entanto orgulhavam-se da dedicação, do empenho e do trabalho realizado, procurando que quem venha seguidamente faça o seu melhor, corrigindo o que haja para corrigir. Observando que o que deveria prevalecer seriam as opções de natureza política de cada um, procurando cada um fazer o melhor que sabe. Sublinhou e valorizou os contributos de todos que desde o 25 de Abril, independentemente da força política, teriam dado ao concelho e ajudado a torná-lo melhor. Para finalizar disse, que voltando à questão histórica, achava curiosa a insistência no tema da venda da Central Solar Fotovoltaica e do encaixe do valor da venda, dizendo que um dia poderiam discutir o tema explicitando qual havia sido o papel dos eleitos do Partido Socialista em todo o processo e o contributo desse, para o desenvolvimento do concelho.-----

----- O Presidente da Câmara observou que existiam temas que continuavam na ordem do dia, nomeadamente no que dizia respeito a licenciamento, tendo a Câmara Municipal feito recentemente a uma escritura de um terreno, a incluir num projeto da autarquia, que pertencia a um particular, teriam também logo após a tomada de posse sido contactados por um advogado sob ameaça de um processo em tribunal pela falta de pagamento no valor de cento e cinquenta mil euros respeitante aos arruamentos nas freguesias. Referiu que o vereador José Maria Pós-de-Mina seria testemunha em tribunal em muitos desses processos, tendo perante esta afirmação o vereador solicitado que o Presidente da Câmara os enumerasse, ao que o mesmo mencionou apenas o processo da empresa Pavia. ----

----- Referiu ainda o processo das agro silvopastoris, como um processo da época do vereador José Maria Pós-de-Mina, enquanto Presidente da Câmara, tendo este último afirmado que, tal como o Presidente tinha conhecimento o referido processo referia-se a licenciamentos que a câmara teria feito com pareceres dos Chefes de Divisão, alguns que terão atualmente responsabilidades na autarquia, com pareceres do técnicos e que as decisões, quer do Presidente quer do vereador, respetivo incidiram com base nos pareceres dos técnicos, no entanto teria ocorrido





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

uma inspeção cuja leitura foi diferente, frisando que o Presidente da Câmara não deveria atribuir responsabilidades aos eleitos, tendo o Presidente da Câmara negado tê-lo feito e ainda esclareceu que actualmente o assunto se encontra a ser tratado juntamente com o jurista da Câmara Municipal e com a CCDR, havendo mais empenho do presente executivo para a resolução do problema, do que do anterior.---

-----No uso da palavra o vereador José Banha relativamente à questão da comparação dos valores pagos à AgdA, pelo anterior executivo e o atual referiu que seria bom lembrar que as faturas vencem o pagamento a sessenta dias, podendo ainda ficar pendentes durante uns cinco meses, devido à lei dos cabimentos e compromissos, constatando que a faturação mais antiga seria do mês de julho podendo refletir-se no primeiro mês dos noventa dias. Prosseguiu, relatando que o Aditamento ao Acordo com a AgdA, referia que a Câmara Municipal deveria ter a conta corrente em dia, no final de cada ano, sendo o que estaria previsto acontecer. No que dizia respeito à lei dos compromissos, e à possibilidade de ser enviada informação à DGAL para a libertação da referida lei, observou que a Câmara Municipal teria através do serviço de consultoria financeira um consultor que, tendo sido confrontado com essa possibilidade não teria ainda opinado sobre essa matéria, e tal como atrás referido o executivo não tomaria essa decisão sem um parecer favorável do técnico, o qual estar estaria devidamente credenciado para o efeito, cabendo a este auferir o conhecimento de todos os diplomas da lei para prestar essa informação.-----

----- O vereador Manuel Bio, interveio para deixar algumas notas sobre as afirmações do *“olhar pelo espelho retrovisor”* e sobre o *“ano perdido”*, afirmação essa do vereador José Maria Pós-de-Mina, que considerou tê-lo deixado perplexo. Afirmou que, aquilo que haviam decidido teria sido executar um conjunto de projetos *“herdados”*, dos quais não se queixavam por os considerarem positivos para o concelho. Acrescentou que teriam apostado na execução desses projetos, apesar de alguns terem sido corrigidos devido a erros técnicos que tinham sido detectados no decorrer do processo, tal como o Presidente havia mencionado, justificando que todos esses contratemplos tinham atrasado a concretização dos mesmos, sendo importante que tal fosse do conhecimento da população. Afirmou ser esse o percurso de um executivo no seu primeiro ano de mandato, para além disso teriam



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

também apostando em novos projetos, traçando a sua estratégia para o concelho para os próximos quatro anos, após esse tempo seriam os eleitores a julgar o trabalho realizado e manifestar a sua vontade. Concluiu, parafraseando um amigo, dizendo que não andariam a dormir e pretendiam trabalhar de uma forma clara para entregar ao município aquilo que achavam que ele merecia e o que pretendiam que ele tivesse.-----

----- Novamente no uso da palavra o vereador José Maria Pós-de-Mina disse que gostaria de acrescentar uma questão relativamente aos montantes do orçamento, e contradizendo-se ao fazer um *“olhar pelo espelho retrovisor”*, no tempo da gestão CDU, havia uma crítica constante ao empolamento dos orçamentos, nomeadamente pelo vereador Manuel Bio, eleito da Assembleia Municipal à época, registando que na rubrica das outras receitas correntes e outras receitas de capital no presente orçamento montava ao valor de três virgula seis milhões de euros, enquanto que no último orçamento da gestão CDU, teria sido de dois virgula três milhões de euros, existindo um aumento significativo nessa rubrica que acabava por servir para equilibrar o orçamento. Sobre o assunto dos fundos disponíveis, aconselhou o vereador José Banha a ler o documento submetido à Câmara Municipal, das Normas de Execução Orçamental, no seu artigo 2º, ponto 1 e 2., afirmando que o que ali estaria escrito contrariava o que o vereador havia dito, e estando o princípio escrito no documento, a questão seria aplicá-lo.-----

-----O vereador Manuel Bio, respondeu que foi crítico à essa época e continuaria a ser, explicitando que existiam determinadas coisas que precisavam ser feitas, justificando-se com um conjunto de valores que se encontram em fim de quadro comunitário. Dirigindo-se ao vereador José Maria Pós-de-Mina disse que no ano de 2011, teria na referida rubrica o montante de oito milhões, explicitando que a sua crítica residia no facto de nos orçamentos da gestão do Presidente José Maria Pós-de-Mina, existir o hábito de colocar na rubrica *“outros,”* obras não só da CDU como também dos programas apresentados pelos partidos com assento na Assembleia Municipal, contrariamente ao explanado no documento em discussão, no qual estariam apenas as obras do atual executivo juntamente com aquelas que haviam *“herdado”*. Em conclusão, sublinhou que a rubrica *“outros”* deve ser evitada num



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

orçamento mas ainda assim a dimensão, a grandeza e as razões seriam muito diferentes de 2011 para 2018. -----

-----Interveio de seguida a vereadora Ana Maria Farinho para ler e entregar posteriormente por escrito uma declaração de voto subscrita pelos vereadores da CDU, manifestando a sua posição de voto face à proposta em discussão. -----

### **DECLARAÇÃO**

-----*Sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019*-----

-----*“A CDU reafirma a sua disponibilidade de sempre para intervir de forma construtiva, dando os seus contributos e apresentando as propostas que considera importantes para o concelho de Moura. Após ter sido facultada uma listagem de realizações a considerar nas Grandes Opções do Plano para 2019, a CDU colocou em discussão 4 pontos concretos que considera essenciais para a integração nas GOP 2019, a saber:*-----

-----*1. A rejeição do processo de transferência de competências para 2019, no modo em que foi colocado pelo Governo ao Município de Moura;*-----

-----*2. O princípio da manutenção do sector da água em baixa na esfera do Município, rejeitando qualquer hipótese ou cenário de agregação ou privatização;*-----

-----*3. A reposição dos Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia do Concelho de Moura nos valores praticados em 2017;*-----

-----*4. A contemplação em GOP da intervenção da ligação entre a Rua das Hortas e a Rua do Areeiro no Bairro do Sete-e-Meio em Moura.*-----

-----*Nenhuma destas questões consta da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentado pela maioria PS.*-----

-----*Por opção política do Partido Socialista, no governo e no município, este orçamento vê-se privado de cerca de um milhão e trezentos mil euros de participação nos impostos do Estado.*-----

-----*A inércia e a falta de estratégia do executivo municipal do PS leva a que estas GOP fiquem aquém do que é necessário para o concelho de Moura. Volvido um ano de mandato não há nenhuma novidade relevante, num documento que ainda que seja previsional, deve compreender um carácter estratégico e sustentado.*--



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Se em 2018 ainda se poderia ter em conta a proximidade com o período eleitoral e correspondente tomada de posse do novo executivo, em 2019 é uma profunda desilusão constatar que a falta de ambição e rumo político prosseguem. ----

-----De referir também que o PS que no anterior mandato defendia uma redução de 10% nas despesas correntes, apresenta agora uma proposta de orçamento que comparativamente com a proposta inicial aprovada para 2018, apresenta um crescimento de 4,33%, e relativamente ao orçamento de 2017, (da responsabilidade da CDU), um aumento de 11,18%. O aumento previsto para as despesas de capital não se encontra correspondência numa previsão efectiva de receita da mesma natureza. -----

-----Mantém-se uma **orientação que vai do assistencialismo à injustiça social**, de que são exemplos os incentivos à natalidade e a redução na variável no IRS que beneficia as pessoas com mais rendimentos. -----

-----Ausência de medidas consistentes na área da eficiência energética e da eficiência hídrica e previsão de investimento residual a nível do abastecimento de água e águas residuais. -----

-----Promessas emblemáticas como a praia fluvial, a “via de ligação para retirar o trânsito pesado do centro histórico” continuam a não estar presentes. -----

-----Não é explicitada a orientação para as empresas e entidades participadas pelo município deixando cair a reivindicação da diminuição dos valores a transferir, verificando-se em matéria financeira uma mudança de posição que registamos como positiva no reconhecimento do papel destas entidades. -----

-----O que de positivo, os documentos contêm resulta da continuidade de iniciativas e projectos que têm a marca CDU e que a população e as entidades do concelho tornaram irreversíveis. -----

-----Não se vislumbra qualquer nova visão estratégica para o concelho. -----

-----Em suma, em 2018 referimos que “a montanha pariu um rato”. Em 2019 o “rato” manter-se-á quieto, se rumo. -----

-----Com sentido de responsabilidade com os habitantes do nosso concelho e após verificar que nada foi alterado após reunião no âmbito do Estatuto da Oposição, a CDU não se pode rever neste documento. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----*Não obstante esta política de estagnação, a CDU manterá uma linha de oposição séria, positiva e construtiva ao serviço dos interesses das populações do concelho de Moura. Existe um rumo alternativo, pela qual continuaremos a pugnar, que deverá ter como prioridades os seguintes aspectos:*-----

- ----*O desenvolvimento social em torno da intervenção na área social, da valorização da educação e da promoção da cultura nas suas diversas vertentes;*-----
- ----*A gestão do sector das águas, saneamento e resíduos como condição para prestar melhor serviço às populações;*-----
- ----*A reabilitação das infraestruturas existentes, com destaque para os equipamentos e para as vias municipais;*-----
- ----*A atuação sobre a diversificação e consolidação da base económica como condição para geração de emprego com direitos.*-----

-----*Orgulhosos do trabalho de sempre realizado em prol do concelho e apesar de limitados no poder de decisão, continuaremos a intervir em defesa de um concelho no qual acreditamos.*-----

-----Moura, 31 de outubro de 2018-----

-----Os vereadores eleitos pela CDU-----

-----Pedi a palavra a palavra o vereador Manuel Bio para clarificar alguns dos pontos referidos na declaração de voto subscrita pelos vereadores da CDU, nomeadamente no que dizia respeito às despesas correntes, afirmando que tal como o vereador José Maria Pó-de-Mina havia dito, sempre teria assumido uma posição muito critica em mandatos anteriores sobre o referido assunto, no entanto o valor orçamentado para as despesas correntes dizia respeito a compromissos assumidos no ano de 2017, enumerando o conjunto das despesas presentes na referida rubrica, tal como a previsão do pagamento da água em atraso, o conjunto de contratações de pessoal realizadas a setembro de 2017 que se refletiram no orçamento do ano 2018, atingindo a sua plenitude em 2019, a contratação imposta pela Lei do PREVPAP e a reposição dos salários da função pública. Sobre a avaliação, por parte do Partido Comunista, sobre o ano de mandato do Partido Socialista disse que as frases escritas deveriam constar em declarações de voto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

entregues em outras autarquias onde a CDU se encontra na oposição, afirmando que as mesmas, nada teriam nada a ver com o concelho de Moura. Finalizando disse que se encontravam a trabalhar diariamente pelo concelho e para a população, auscultando os ensejos de todos e cada um com o objectivo de melhorar o concelho. -----

-----Foi colocada a votação pelo Presidente da Câmara Municipal a referida proposta. -----

**-----DELIBERADO POR MAIORIA COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DA CDU APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019.-----**

**-----DELIBERADO AINDA SUBMETTER O DOCUMENTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**

-----**Mapa de Pessoal - Ano 2019**-----

-----**023118**

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Câmara para aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019. -----

-----Sobre o documento em discussão interveio o vereador André Linhas Roxas para questionar o Presidente da Câmara sobre a situação da integralização dos funcionários da Lógica nos serviços da Câmara Municipal.-----

-----Em resposta o Presidente da Câmara explicitou que os funcionários se encontravam integrados em alguns dos serviços municipais, não existindo qualquer evolução nesse processo actualmente, tendo garantido que caso tal venha a acontecer os vereadores da CDU seriam informados sobre o mesmo. Prosseguiu, mencionando que o mapa de pessoal estaria muito direccionado para o trabalho operacional, sendo aquele que se encontrava mais carente de recursos humanos em alguns dos serviços operacionais do município, para além dos previstos no PREVPAP. Passou de seguida a palavra ao vereador José Banha que, acrescentou que a Lógica E.M., se encontra em funcionamento, e tendo sido decidido não existir dissolução da mesma, estaria a ser trabalhado o processo no sentido de manter a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

empresa no ativo, não se prevendo qualquer internalização dos recursos humanos para a ano 2019. -----

-----No sentido de reforçar a intervenção do vereador José Banha, o Presidente da Câmara disse que como seria do conhecimento de todos, o processo estaria a ser trabalhado em parceria com o LNEG, mas dada a mudança do Secretário de Estado, existe a necessidade de agendamento de uma reunião com o Secretário de Estado actual para análise do processo da empresa municipal.-----

-----Foi colocada a votação pelo Presidente da Câmara a referida proposta. -----

**-----DELIBERADO POR MAIORIA COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DA CDU APROVAR O MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019. -----**

**-----DELIBERADO AINDA SUBMETER O DOCUMENTO À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**

-----**Processo de realojamento com carácter de urgência no âmbito da Inclusão e Solidariedade e da Intervenção ao nível da Habitação Social -----**

**-----033118**

-----No âmbito da Inclusão e Solidariedade e da Intervenção ao nível da Habitação Social, foi presente para aprovação o processo de realojamento, com carácter de urgência, no decorrer das obras de conservação coercivas, bem como a aprovação das despesas referentes ao processo.-----

**-----DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PROCESSO DE REALOJAMENTO, COM CARÁCTER DE URGÊNCIA, PELO PERÍODO DE TRÊS MESES, NO VALOR MENSAL DE 180.00€ (CENTO E OITENTA EUROS), ACRESCENDO A ESTE VALOR 200.00€ (DUZENTOS EUROS) PARA O PAGAMENTO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E SOLIDARIEDADE E DA INTERVENÇÃO AO NÍVEL DA HABITAÇÃO SOCIAL. -----**

**-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

### -----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 31 de outubro de 2018**

PRESIDENTE:

SECRETÁRIO: